

Mulheres e cidade: uma cartografia dos grafites e pichações feministas pelas ruas de Brasília

Gabriela de Freitas

Universidade de Brasília

Resumo: Neste artigo, procuramos traçar uma cartografia dos grafites e pichações feministas realizados em Brasília, com intuito de desmembrar os dispositivos (Gilles Deleuze) que articulam as relações políticas, culturais, sociais e de poder na cidade, procurando, ainda, identificar as reivindicações dessas mulheres por meio de análises de texto e imagem a partir de fotografias realizadas dessas intervenções urbanas. Consideramos tais práticas como artísticas e de resistência tanto política quanto estética, como propõe Jacques Rancière, na busca por uma maior partilha do sensível. Tais intervenções no espaço urbano permitem a criação de heterotopias (Michel Foucault) que subvertem as funções e sentidos pré-determinados para os espaços públicos, principalmente no caso de ci-

dades modernistas como Brasília. Chegamos à conclusão de que as reivindicações feministas se organizam principalmente em três temas: corpo, sexualidade e violência.

Palavras-chave: Mulheres, cidade, cartografia, intervenção urbana, Brasília.

Résumé : Dans cet article, nous cherchons à dresser une cartographie des graffitis (*pichações*) féministes réalisés à Brasília, afin de démembrer les dispositifs (Gilles Deleuze) qui articulent les relations politiques, culturelles, sociales et de pouvoir dans la ville, tout en cherchant également à identifier les revendications de ces femmes à travers l'analyse de textes et d'images à partir de photographies prises de ces interventions urbaines. Nous considérons ces

pratiques comme artistiques et de résistance, à la fois politiques et esthétiques, comme le propose Jacques Rancière, dans la recherche d'un plus grand partage du sensible. Ces interventions dans l'espace urbain permettent la création d'hétérotopies (Michel Foucault) qui subvertissent les fonctions et les significations pré-déterminées des espaces publics, en particulier

dans le cas des villes modernistes comme Brasília. Nous sommes arrivés à la conclusion que les revendications féministes sont principalement organisées en trois thèmes : le corps, la sexualité et la violence.

Mots-clés : Femmes, ville, cartographie, interventions urbaines, Brasília.

1 - Introdução

Temos acompanhado recentemente um avançar, em todo o mundo, dos partidos de extrema direita. Mesmo os que não venceram os últimos pleitos eleitorais em seus países vêm mostrando um crescente apoio por parte da população e, com isso, voltam a assombrar ideologias segregacionistas, xenófobas e excludentes. No Brasil não tem sido diferente. As últimas eleições mostraram um país dividido não apenas politicamente, mas em termos de convicções e princípios humanos, sociais e relacionados ao respeito à diversidade. Estão ameaçadas algumas conquistas de minorias sociais, como de negros e negras, indígenas, população LGBTTQIA+ e mulheres.

Os movimentos feministas no Brasil vinham ganhando força nas últimas décadas. Nos anos 1990, começaram a surgir organizações autônomas feministas que passaram a exercer pressão junto ao Estado: trabalhadoras rurais, operárias, mulheres negras, entre outras, foram se identificando com a luta feminista e ampliando sua agenda política. Essa diversidade foi importante para a intervenção do movimento na Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, organizada em Pequim, na China, em 1995, quando o movimento brasileiro também se integra mais ao feminismo latino-americano.

Foi, no entanto, nos anos 2000 que o movimento se insere mais fortemente no campo político elaborando, em 2002, a Plataforma Política Feminista que foi entregue a todos os candidatos à presidência da República na época, aos governos dos estados, a dirigentes partidários, além de ser amplamente divulgada na imprensa. Foram anos de luta enfrentando o autoritarismo da ditadura civil-militar e o autoritarismo patriarcal, ainda presente na família e em muitas instituições brasileiras.

Várias conquistas se mostram nas políticas públicas aprovadas nos últimos anos, com maior representatividade da mulher na cena pública. Chegamos, inclusive, a ter um presidente da República. No entanto, sua brusca retirada do poder revela, ainda, a fragilidade desses êxitos. Nos últimos anos, os gritos feministas tomaram as ruas do Brasil, principalmente pelo direito ao próprio corpo, livre para deambular pela cidade sem riscos e livre para decidir sobre o aborto, por exemplo, ainda não legalizado no Brasil. É preciso manter a presença da mulher nos espaços políticos, institucionais e urbanos.

Nesse sentido, busco, neste artigo, realizar uma cartografia¹ da presença feminista pelas ruas do plano piloto, região central de Brasília, procurando as intervenções urbanas que manifestam essa produção da subjetividade feminina. Acredito que a cartografia é um método interessante para tal abordagem por possibilitar abarcar o fenômeno como processo, captando os discursos que buscam dar visibilidade a essas subjetividades, por meio de cartazes, grafites, pichações, entre outros, que tomam os muros da cidade, participam da formação de um imaginário urbano feminista em Brasília e constituem as performances identitárias das mulheres brasilienses.

Segundo Rolnik², a cartografia acompanha as transformações pelas quais passam os diversos mundos, alterando os afetos contemporâneos. O cartógrafo, portanto, deve mergulhar nas intensidades do seu tempo de forma antropofágica. Para a autora, as intensidades, apesar de partirem das subjetividades, acabam levando a uma dessubjetivação, no sentido de que perpassam o desejo a partir de um campo individual, mas numa relação de exterioridade ao campo social. Trata-se sempre de uma relação de afeto entre os corpos: “quando surgem, inesperadas, são verdadeiras correntes de desterritorialização atravessando de ponta a ponta a vida de uma sociedade, desmapeando tudo³”.

Ao deambular pela cidade, procurei traçar tal cartografia a partir de registros fotográficos dessas intervenções. Para Rolnik, “a prática de um cartógrafo diz respeito, fundamentalmente, às estratégias das formações do desejo no campo social. [...] O que importa é que ele esteja atento às estratégias do desejo em qualquer fenômeno da existência humana que se propõe perscrutar⁴”. De forma que a autora destaca a busca do cartógrafo por uma geografia dos afetos em que não se procura entender ou revelar, mas criar pontes, a partir da sua própria sensibilidade e do grau de abertura para a vida naquele momento, criando possíveis devires entre si, o outro e o contexto sócio-político histórico.

Foram escolhidas dezesseis imagens dentre as mais de trinta realizadas entre os meses de janeiro e fevereiro de 2019 que repercutem temas importantes e recorrentes da agenda feminista na contemporaneidade: *a violência, a luta, o lesbianismo, a sororidade, a liberdade, a sexualidade*. Tais imagens contribuem para um registro da presença da mulher na cidade e seu posicionamento social, político e histórico, mapeando a produção da realidade pelas mulheres brasilienses e contribuindo para a compreensão da dimensão micropolítica⁵ dos processos de subjetivação feminina nesse espaço.

Joan Scott reflete sobre a importância de se pensar os contextos históricos, envolvendo a participação da mulher por meio das análises de gênero. Precisamos reconhecer essa presença e suas performances na construção das identidades plurais da mulher na contemporaneidade de maneira dialógica, e não dicotômica.

O gênero, então, fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana. Quando os/as historiadores/as buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de

1. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix, *Mil Platôs*, vol. 1, Rio de Janeiro, Editora 34, 1995.

2. ROLNIK, Suely, *Cartografia sentimental. Transformações contemporâneas do desejo*, Porto Alegre, Editora Sulina, 2011.

3. *Ibid.*, p. 57.

4. *Ibid.*, p. 65.

5. ROLNIK, Suely, *Cartografia sentimental. Transformações contemporâneas do desejo*, op. cit.

gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as formas particulares e contextualmente específicas pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política⁶.

Para além de sua participação na vida pública e engendramento político, as análises de gênero permitem incluir a mulher na história pelo seu ponto de vista, destacando também seu protagonismo, e não apenas a partir da visão do homem ou em relação a ele. Joan Scott relata como muitos historiadores se referiam à categoria de gênero sem problematizá-la na sua relação com a mulher, quase que dissociando-a do feminismo e promovendo a visão centrada no ponto de vista masculino que leva a uma concepção dividida da história: a história delas e a história deles. É apenas no final do século xx, segundo a autora, que as preocupações teóricas relativas ao gênero como categoria de análise aparecem. Nesse contexto, Scott afirma:

Temos que examinar atentamente os nossos métodos de análise, clarificar as nossas hipóteses operativas e explicar como pensamos que a mudança se dá. Em lugar de procurar as origens únicas, temos que conceber processos tão ligados entre si que não poderiam ser separados [...] Enfim, precisamos substituir a noção de que o poder social é unificado, coerente e centralizado por alguma coisa que esteja próxima do conceito foucaultiano de poder, entendido como constelações dispersas de relações desiguais constituídas pelo discurso nos “campos de forças”⁷.

As imagens trazidas neste artigo problematizam o espaço urbano como palco de performances identitárias e dos jogos de poder aí desenhados. Quando se fala em direito à cidade⁸ a quem é dada a permissão de tomar a rua para si, para sua produção de subjetividade? Nas cidades brasileiras testemunhamos ainda mulheres com medo de sair à rua sozinhas, principalmente à noite, recriminadas pela roupa que escolhem usar, entre outras recriminações. O direito ao espaço urbano, assim como na tradição histórica, ainda é, muitas vezes, pensado sob uma lógica masculina. É preciso traçar esta cartografia feminista na urbe para descobrir as reconfigurações heterotópicas⁹ do espaço urbano. Para Foucault, a heterotopia é uma construção espacial na qual se consegue sobrepor, num só espaço real, vários espaços, vários lugares que por si só seriam aparentemente incompatíveis¹⁰.

As intervenções urbanas de mulheres no espaço da cidade ocupam o território e constituem uma força de resistência artística. Tal resistência se dá por sua força estética, sem deixar de ser política, remetendo a um senso de coletividade e alteridade. Rancière¹¹ aborda esse fenômeno a partir da criação de um sensível dissociado da sensibilidade ao compreender a estética não como

6. SCOTT, Joan, “Gênero: uma categoria útil para a análise histórica”, *Educação & Realidade*, vol. 20, nº 2, 1995, p. 71-99.

7. *Ibid.*

8. LEFEBVRE, Henri, *La Production de l'espace*, Paris, Anthropos, 1986.

9. FOUCAULT, Michel, *Estética: literatura e pintura, música e cinema* (Ditos e escritos III), 2ª ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2009.

10. *Ibid.*, p. 418.

11. RANCIÈRE, Jacques, *Partilha do sensível*, São Paulo, Editora 34, 2009.

uma teoria da arte em geral, mas como um regime estético das artes: “um modo de articulação entre maneiras de fazer, formas de visibilidade dessas maneiras de fazer e modos de pensabilidade de suas relações, implicando uma determinada ideia da efetividade do pensamento¹²”. Desenvolve, assim, um pensamento da estética como prática artística que implica novas formas de ser e estar no mundo — e, conseqüentemente, na cidade, contribuindo para a reorganização dos jogos de poder político e estético na contemporaneidade.

2 - O grafite e a pichação reconfiguram a cidade

Quando Lefebvre fala em direito à cidade, ele desloca para as pessoas o protagonismo das mudanças no espaço urbano. Para o autor, a cidade muda quando muda a sociedade no seu conjunto. Dentre as várias definições de cidade, e sua relação com o conceito de urbano, Lefebvre admite que a construção subjetiva da cidade, segundo a psicologia, a observa como lugar do desejo, e complementa que, na atualidade, também podemos conceber subjetivamente a cidade como o lugar do medo, diante da crescente violência nas grandes metrópoles que afeta a coletividade e ressignifica práticas cotidianas.

Neste sentido, podemos, ao traçar uma cartografia das pichações feministas em Brasília, observar uma organização social que revela valores de um determinado grupo da sociedade mostrando sua relação com o espaço urbano e contribuindo para a construção do imaginário que se faz dessa cidade por seus próprios habitantes. Segundo Armando Silva:

[...] o grafite alimenta-se de momentos históricos, e seus realizadores anônimos são os agentes que, com certas características pessoais ou grupais, materializam, através de escritas ou representações ocasionais, desejos e frustrações de uma coletividade, ou, ainda, exaltam formas que retomam ou questionam seus territórios sociais¹³.

Em uma cidade como Brasília, em que quase não há muros, é nas passagens subterrâneas, abandonadas ao descaso do poder público que encontramos a maior quantidade dessas manifestações feministas. Ali, a paisagem degradada ganha outra significação pela presença do grafite, gerando espaços outros (ou heterotópicos, como proposto por Foucault) de reivindicação e protesto. As manifestações gráficas ganham caráter de arte pública e constituem um espaço de alteridade. A arte pública representa, nesse contexto, uma ameaça ao exercício do controle das manifestações da diversidade. A arte urbana, por sua vez, pode ser considerada um tipo de arte pública, tendo em vista que, na contemporaneidade, segundo Novais “se denomina arte pública as criações artísticas de âmbito público que nos narram sobre a história do lugar ou sugerem algum

12. *Ibid.*, p. 13.

13. SILVA, Armando, *Atmosferas Urbanas*, São Paulo, Edições Sesc, 2014, p. 2.

elemento destacado pertencente à experiência coletiva dos cidadãos que convivem nele, sobretudo as criações com aportações sociais à consciência coletiva¹⁴”.

Para Armando Silva, o que chamamos de espaço público seria, na verdade, o espaço urbano. Seu caráter de público seria, segundo o autor, uma conquista mediante uma disputa política. Nesse sentido, Silva acrescenta ainda que a arte pública não trata do artista, mas de seu sentido cívico: “a arte pública não é arte em espaços públicos, isso seria “arte em espaço público”; a arte pública é mediação. A mediação transforma o espaço em algo sociável, dando-lhe forma e atraindo a atenção de seus cidadãos para o contexto mais amplo da vida, das pessoas, das ruas e da cidade¹⁵”.

As manifestações do grafite geram essa cartografia que revela enunciações do desejo num âmbito social e que promovem uma espécie de encontro, mesmo que não presencial, típica do espaço público. A frase ou desenho ali deixado comunica-se com o outro que passará pelo local e assim se produz uma troca em âmbito coletivo que contribui para a diversidade e para a democracia. Esse sentimento gerado, próprio à coletividade de um lugar ao qual seus participantes pertencem, vai, aos poucos, engendrando visibilidades de resistência. Cria-se, aí, segundo Rancière, o que ele denomina de partilha do sensível, e que torna possível uma reconfiguração das definições prévias estabelecidas pelas instituições e interesses políticos do poder de quem pode tomar parte no comum:

Denomino partilha do sensível o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa, portanto, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha¹⁶.

A partilha do sensível em cenário urbano espacializa a experiência do comum ao reivindicar para si um lugar para o diálogo e a prática da alteridade, criando situações para o encontro, onde se desenvolvem relações socioculturais que reorganizam a cidade. O grafite, ao se constituir como intervenção urbana, subverte a lógica vigente, procurando desmontar os dispositivos de poder impostos pela cidade e sua urbanização desigual fruto de políticas públicas excludentes.

Ao falar sobre o conceito de dispositivo em Foucault, Deleuze¹⁷ o caracteriza como um conjunto multilinear composto por linhas de força de diferentes naturezas que seguem direções diferentes, ligando um ponto a outro e formando processos de poder sempre em desequilíbrio. Para Foucault, o dispositivo da cidade ateniense seria o primeiro lugar de invenção de uma disputa de subjetividades. O dispositivo repudia, portanto, a noção de universal, pois as linhas que o constituem são linhas de variação, inconstantes, tais como as linhas de visibilidade, de enunciação, de forças, de subjetivação, de ruptura, de fissuras, que se misturam. Daí a importância de apropriar-se dos diversos dispositivos discursivos, como forma de gerar novas linhas que tencionam os jogos de poder entre os diferentes sujeitos. A arte pública pode ser considerada um desses dispositivos,

14. NOVAIS, Nanci Santos, “Escultura e cidade: uma relação ampliada no âmbito da contemporaneidade”, *Cultura Visual*, vol. 1, nº 14, 2010, p. 41-52.

15. SILVA, Armando, *Atmosferas Urbanas*, op. cit., p. 118.

16. RANCIÈRE, Jacques, *Partilha do sensível*, op. cit., p. 15.

17. DELEUZE, Gille, *Michel Foucault, filósofo*, Barcelona, Editorial Gedisa, 1990.

apropriada, no caso abordado neste artigo, pela prática artística das mulheres em território urbano – ou, mais especificamente, nas passagens subterrâneas, no caso de Brasília.

Desemaranhar as linhas de um dispositivo é, em cada caso, traçar um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas, é o que Foucault chama de “trabalho de terreno”. Faz-se necessário instalarmo-nos nas linhas mesmas, que não se contentam apenas em compor um dispositivo, mas atravessam-no, arrastam-no, de norte a sul, de leste a oeste ou em diagonal¹⁸.

O próprio descaso com essas passagens subterrâneas citadas anteriormente, construídas em Brasília para ajudar os pedestres a atravessar a via *Eixão*, constituída por seis pistas de carros que andam a 80 quilômetros por hora, revela que a segurança, problema que tanto aflige a população, e especificamente as mulheres, não está na pauta de dispositivos importantes para o poder público, pois concederia poder ao cidadão ao invés de mantê-lo em sua posição de fragilidade e fácil controle pelo medo, como vimos no discurso da direita nas últimas eleições no Brasil.

A questão do direito à cidade é mote de várias campanhas e passeatas feministas nos últimos anos no Brasil, com o grito: “A cidade é nossa. O corpo é meu.” (*figura 1*). Nos grafites encontrados, vemos, em vários deles, reivindicações pelo direito de ir e vir para todas as mulheres, como na frase: “Pelo direito das mina (*sic.*) ir e vir a hora que quiser” (*figura 2*), e outra também: “Será que posso andar de noite na rua sozinha? A rua também é minha”. Foi possível perceber como a questão da segurança e da violência contra a mulher é um tema presente nessas manifestações urbanas, também no período noturno.



Figura 1. – Fotografia de Gabriela Freitas.

Não foi encontrado, em nenhuma das pichações, assinatura de coletivos ou artistas específicos. O foco da análise recaiu sobre as reivindicações feministas, conforme os temas que apresentamos acima. Além disso, os muros da cidade, em seu “convite” à participação pública, sofrem intervenções a todo o momento. No caso deste artigo, destacam-se especificamente aos dizeres, ou seja, a mensagem textual, mais que a visual, até mesmo por não ser possível como saber se ambas foram realizadas ao mesmo momento ou não. De qualquer forma, não há uma preocupação específica desses grafites com os desenhos em si. A tipografia usada para escrever as mensagens

18. *Ibid.*, p. 155.

são bem características de pichações urbanas, geralmente sem um design mais elaborado. Quando for o caso, destacaremos o uso de outras técnicas como lambe-lambes ou estêncil.



Figura 2. — Fotografia de Gabriela de Freitas.



Figura 3. — Fotografia de Gabriela de Freitas.

Num país com taxas de feminicídio crescentes (e agravadas durante o período de isolamento social devido à pandemia do covid-19¹⁹) muita luta ainda deve ser travada para que as mulheres tenham o mesmo direito de ocupar os espaços urbanos que os homens, livres do medo. A insegurança as limita ao espaço confinado da casa, como esteve durante séculos. E aquelas que se arriscam a saírem sozinhas enfrentam o temor principalmente do estupro, que sempre foi um mecanismo de controle e poder exercido pelos homens sobre as mulheres.

Cabe salientar que as taxas de feminicídio e violência contra a mulher no Brasil estão entre as mais altas do mundo²⁰, problema que não encontra respaldo em um governo cujo presidente, quando deputado federal da república, respondeu aos argumentos de uma colega parlamentar com a seguinte frase: “Só não te estupro porque você não merece”²¹. Ou que ainda faz apologia à ditadura militar, época em que várias mulheres foram torturadas por meio de estupros e outras práticas degradantes com seus corpos, tendo, inclusive, questionado a veracidade da tortura sofrida pela ex-presidente Dilma Rousseff²². Podemos ver nas *figuras 4 e 5* abaixo as frases: “Estamos com os ovários cheios de violências” e outra manifestação “Contra a violência doméstica”, entre outras intervenções encontradas que também tratam da questão da violência de gênero.

19. ONU WOMEN, “Infographic: The Shadow Pandemic - Violence Against Women and Girls and COVID-19”, 06 de abril de 2020. 10 de maio de 2020 unwomen.org/en/digital-library/multimedia/2020/4/infographic-covid19-violence-against-women-and-girls.

20. A América Latina é a região onde as taxas de feminicídio são as mais altas do mundo. No Brasil, o número de casos absolutos de feminicídio é o maior da América Latina, apesar da taxa *per capita* não estar entre as mais altas. Para acessar mais dados sobre este cenário, verificar dados de 2019 levantados pelo Observatório de Equidade de Gênero da América Latina: *Feminicídio ou femicídio*, Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe, Nações Unidas — CEPAL. 10 de fevereiro de 2021 oig.cepal.org/en/indicators/femicide-or-feminicide.

21. Ver notícia completa em: MOREIRA, João Almeida, “Bolsonaro e as mulheres: «Não estupro porque é feia», «deviam ganhar menos», «queria dar o furo»”, *Diário de Notícias*, 19 de fevereiro de 2020. 15 de fevereiro de 2021 www.dn.pt/mundo/bolsonaro-e-as-mulheres-nao-estupro-porque-e-feia-deviam-ganhar-menos-queria-dar-um-furo-11838495.html.

22. Ver notícia completa em: VENTURINI, Lilian, “Bolsonaro debocha de tortura sofrida por Dilma, que responde: ‘Sociopata’”, *Valor Econômico*, 28 de dezembro de 2020. 15 de fevereiro de



Figura 4. — Fotografia de Gabriela de Freitas.



Figura 5. — Fotografia de Gabriela de Freitas.

3 - Mulheres brasileiras: plurais, donas da cidade e do próprio corpo

Uma das constatações a que também cheguei pela análise das pichações observadas é que as mulheres também reivindicam a posse do próprio corpo. Sentir-se segura ao deambular pela cidade também implica que elas possam escolher a roupa que querem usar sem o receio de serem julgadas e, pior, agredidas. Crescem os gritos feministas não apenas nos grafites que encontramos nas ruas, mas nos gritos dos protestos, nas letras de músicas de várias artistas contemporâneas e em tantas outras manifestações culturais. Pelas ruas de Brasília, encontramos os dizeres que também sempre estão presentes nas passeatas: “Meu corpo, minhas regras”, como na *figura 6*. Tal interferência se constitui como um lambe-lambe (espécie de cartaz colado) contendo a frase com tipografia aparentemente escrita à mão, sobre outra arte urbana provavelmente anterior, um grafite. Em todas as técnicas que encontramos de manifestações textuais feministas, observamos que esse caráter de protesto é o maior objetivo da ação, mais que o esmero estético, como encontramos em outros tipos de grafite e intervenções urbanas pela cidade.

A mulher quer mostrar sua força e sentir-se livre para viver sua sexualidade como bem entender. Encontramos pichações que dizem: “Sexo frágil é o caralho” (*figura 7*), “Lute como uma garota” (*figura 8*) ou ainda: “Mulher bonita é a que luta” (*figura 9*), contrapondo-se ao ideal da mulher considerada bonita apenas por sua aparência física, como especulado insistentemente pela mídia tradicional. No caso da *figura 5* e da *figura 7*, encontramos o mesmo desenho de um personagem, realizado em lugares diferentes, acompanhando frases distintas com estilos de pichação também distintos, o que reforça nossa pressuposição de que as pichações textuais nem sempre têm relações diretas com os desenhos que estão próximos.

Em outra pichação, na *figura 10*, encontramos os seguintes dizeres: “Bêba (sic), decotada e do bar”, em alusão à reportagem realizada pela revista *Veja*²³ em 2016 sobre a então primeira-

2021 valor.globo.com/politica/noticia/2020/12/28/bolsonaro-debocha-de-tortura-sofrida-por-dilma-que-responde-sociopata.ghtml.

23. *Veja* notícia completa em: LINHARES, Juliana, “Marcela Temer: Bela, recatada e ‘do lar’”, *Veja*. 18 de abril de 2016. 10 de fevereiro de 2020 veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar.



Figura 6. — Fotografia de Gabriela de Freitas.



Figura 7. — Fotografia de Gabriela de Freitas.

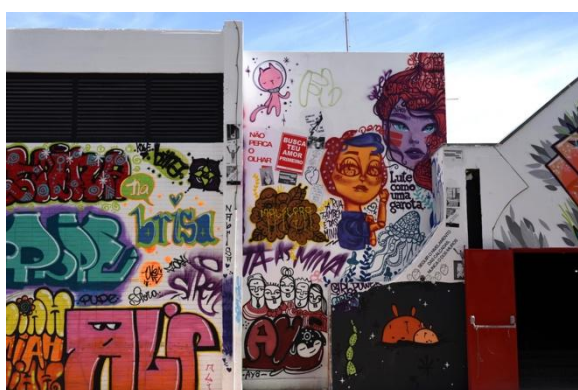


Figura 8. — Fotografia de Gabriela de Freitas.



Figura 9. — Fotografia de Gabriela de Freitas.

dama do Brasil, Marcela Temer, esposa do ex-presidente Michel Temer, cujo título era: “Bela, recatada e do lar”. A reportagem gerou grande polêmica em todo o país, principalmente nas mídias sociais, com ironias e memes. Acabou também ganhando as ruas em conotação jocosa. Também neste caso, a pichação parece ter sido feita já como outra camada na paisagem urbana, sobre uma intervenção anterior. Destaca-se, aí, uma vontade de liberdade de uma mulher contemporânea que não quer se restringir a ser valorizada por sua beleza ou permanecer restrita ao ambiente doméstico. Mais uma vez encontramos referência ao estilo de roupa que a mulher reivindica poder usar — “decotada”.

No campus da Universidade de Brasília, lugar característico da cidade por sua diversidade, encontramos o seguinte dizer de cunho mais explícito, acompanhado de um desenho: “Derube o patriarcado. Siririqueira²⁴, se toque” (figura 11). Uma clara alusão à reivindicação feminina de explorar o corpo para o próprio prazer e não apenas para fins reprodutivos — concepção baseada num binarismo biológico que reforça a normatividade heterossexual, como ressalta Butler²⁵. Uma clara reivindicação à possibilidade de viver a própria sexualidade sem repressões morais.

Também encontramos pichações ligadas às mulheres lésbicas: “Orgulho lésbico feminista” (figura 12) ou desenhos de dois pictogramas que representam duas mulheres de mãos dadas

24. Siririca é o nome informal dado à masturbação feminina.

25. BUTLER, Judith, *Problemas de gênero*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.



Figura 10. — Fotografia de Gabriela de Freitas.



Figura 11. — Fotografia de Gabriela de Freitas.

(figura 13). Ressaltamos que não encontramos pichações referentes às mulheres transgênero ou travestis, que travam uma luta ainda mais difícil na sociedade, diante do preconceito que sofrem muitas vezes das próprias mulheres. Nos chama a atenção o fato de também não termos encontrado pichações relacionadas ao movimento feminista negro, muito forte no Brasil. Tal constatação pode ser indício do caráter excludente da cidade de Brasília que, em seu centro, o plano piloto, é habitada por uma maioria branca que possui a maior renda *per capita* do país e usufrui de infraestrutura que atribui alto índice de IDH à cidade²⁶.



Figura 12. — Fotografia de Gabriela de Freitas.

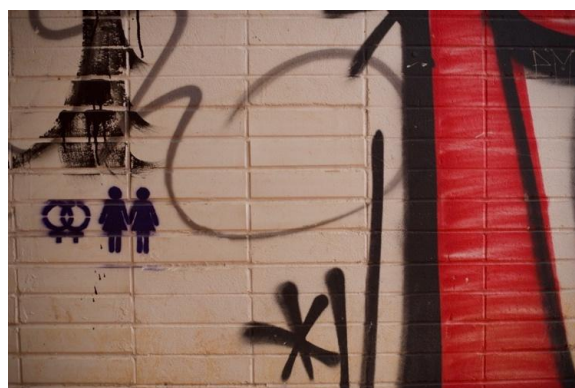


Figura 13. — Fotografia de Gabriela de Freitas.

A história de Brasília é marcada pela exclusão. Construída por pessoas vindas de todos os cantos do país, chamados de candangos, a cidade expulsa essas mesmas pessoas para assentamentos urbanos realizados entre 20 e 40 quilômetros de distância do centro. Na época da inauguração de Brasília, em 1960, foi criada uma comissão para tanto, chamada Comissão de Erradicação de Invasões (CEI). Tal nome deu origem a uma das cidades satélites de Brasília, situada a 35 Km do plano piloto, chamada Ceilândia. Os efeitos dessa política permanecem até os dias atuais. As cidades satélites até hoje recebem menos recursos do governo distrital e sofrem com problemas relacionados a transporte, educação, saúde e segurança. Faz-se necessário, portanto, estender a

26. Mais dados disponíveis em: *IBGE*, 10 de fevereiro de 2020 cidades.ibge.gov.br/brasil/df/panorama.

investigação dessas pichações feministas na periferia para encontrar outras reivindicações ainda mais plurais.

Mesmo com a ausência das pichações relacionadas a reivindicações de mulheres transgênero, travestis e negras, podemos perceber, como a subjetividade da mulher brasileira, na contemporaneidade, se constrói de forma plural. Judith Butler chama a atenção para o fato de que o feminino já não se configura mais como uma categoria estável, assim também como o conceito de mulher. Para a autora, “o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas²⁷”. Assim, o movimento feminista não deve tomar a mulher por uma categoria única. A construção do gênero é cultural e performativa e não condiz mais com o discurso baseado em estruturas binárias de sexo em que se criam duas categorias unitárias e dicotômicas: o feminino e o masculino. Diante das diversas possibilidades de manifestação de gênero, Butler recomenda o caminho do diálogo:

Talvez o entendimento dialógico também encerre em parte a aceitação das divergências, rupturas, dissensões e fragmentações, como parcela do processo frequentemente tortuoso da democratização. A própria noção de “diálogo” é culturalmente específica e historicamente delimitada, e mesmo que uma das partes esteja certa de que a conversação está ocorrendo, a outra pode estar certa de que não. Em primeiro lugar, devemos questionar as relações de poder que condicionam e limitam as possibilidades dialógicas²⁸.

A autora aponta ainda a própria incompletude da categoria das mulheres como um ponto forte para o movimento feminista, escapando das forças coercitivas heteronormativas. Segundo ela, “unidades provisórias podem emergir no contexto de ações concretas que tenham outras propostas que não a articulação da identidade²⁹”. Neste contexto, devemos conceber uma ontologia contemporânea oscilante. Não há mais como pensar em um ser estático, mas num constante vir-a-ser que se constrói e se reconstrói performativamente. As ações políticas de resistência, nesse cenário, também são oscilantes e se organizariam conforme a situação e os sujeitos requerentes.

Nesse sentido, destacamos ainda a importância da sororidade entre mulheres para o fortalecimento do feminismo contemporâneo. bell hooks³⁰ relembra como as mulheres, na lógica patriarcal, são educadas para se sentirem inferiores aos homens e a competirem entre si, julgando umas às outras e desenvolvendo sentimentos como inveja, medo e ódio. Foi o movimento feminista que criou o contexto para a ligação feminina, protegendo os interesses das mulheres como um todo. A autora atenta, no entanto, para o fato de que a sororidade feminina nunca poderá ser completamente exercida enquanto mulheres se utilizarem das diferenças de classe ou raça para exercer domínio sobre outras mulheres. Ela conclama o resgate da sororidade nos dias atuais para reforçar o movimento e a luta feminista.

Também no campus da Universidade de Brasília encontramos, sobre esse tema, o seguinte estêncil: “Menos rivalidade, mais sororidade” (*figura 14*), em um contexto acadêmico em que, ainda nos dias atuais, mulheres sofrem com discriminação entre colegas, bem como não são

27. BUTLER, Judith, *Problemas de gênero*, op. cit., p. 20.

28. *Ibid.*, p. 35.

29. *Ibid.*, p. 36.

30. HOOKS, bell, *Feminism is for everybody. Passionate politics*, Canada, South End Press, 2000.

muitas vezes representadas nas escolhas das ementas por parte de professores e até mesmo professoras. Nesse sentido, encontramos pelo campus da universidade um cartaz tipo lambe-lambe com os seguintes dizeres: “Se tem mulher na universidade, por que não tem mulher na ementa?” (figura 15).



Figura 14. – Fotografia de Gabriela de Freitas.



Figura 15. – Fotografia de Gabriela de Freitas.



Figura 16. – Fotografia de Gabriela de Freitas.

Encontramos também, por todo plano piloto, pichações, lambe-lambes e estêncil em referência a Marielle Franco, assassinada em março de 2018 por defender os direitos humanos, com ênfase nas mulheres negras e na população LGBTQIA+: “Marielle Presente Sempre” (figura 16, referente a um estêncil), dizeres que também tomam os gritos nos protestos feministas Brasil à fora, desde sua morte. O assassinato de Marielle Franco foi um episódio que uniu mulheres em todo país em várias manifestações exigindo justiça nas investigações do caso. Em março de 2019, seus assassinos foram presos. São agentes da polícia militar do Rio de Janeiro com supostas ligações anteriores com membros da família do atual presidente da república. No entanto, mesmo transcorridos mais de mil dias após o assassinato, os presos não foram julgados e as investigações ainda não encontraram os responsáveis pela articulação política que levou ao crime.

4 - Considerações Finais

O método cartográfico serve, nas ciências humanas, para a realização de um mapa não de um território, atrelado aos aspectos físicos de uma determinada região, mas, principalmente, ao desenho de relações, jogos de poder, discursos, movimentos, modos de subjetivação e resistência, dentre outros. Após os trajetos percorridos pelo plano piloto, região central de Brasília, pude verificar a pluralidade das reivindicações feministas que centram seus temas principalmente na questão do corpo, da sexualidade e da violência. Três categorias que impactam nas estruturas do medo e na maior ou menor presença de mulheres ocupando as ruas das mais variadas formas.

Nesses rizomas traçados na cartografia da presença da mulher no Distrito Federal nos saltou aos olhos os problemas impostos pela urbanidade modernista e segregacionista que impacta, até os dias de hoje na formação da população que habita o centro da cidade de Brasília e reforça como as questões de gênero não podem ser discutidas sem o diálogo com uma abordagem de classe e raça. Não encontramos manifestações do movimento feminista negro, apesar de sua força no Brasil. Tampouco encontramos manifestações de travestis ou transgêneros.

As mulheres vêm buscando fortalecimento e união no Distrito Federal para além da área restrita ao centro, ou seja, o plano piloto. Alguns coletivos realizam oficinas de grafite ou de muralismo, por exemplo, e ocupam as ruas com sua arte como forma de resistência, tais como os coletivos Casa Frida (*figura 17*), situado na cidade satélite de São Sebastião, e Risofloras (*figura 18*). A arte surge num espaço urbano desigual e cheio de conflitos. No caso das manifestações desses coletivos, sempre com autoria explícita na assinatura, percebemos uma maior preocupação estético-visual nas intervenções, diferente das pichações, lambe-lambes e estêncil que analisamos ao longo do artigo. Por sua força estética e política, tais ações agregam um senso de coletividade realizando uma prática artística que constitui o que Rancière chama de partilha do sensível, como abordamos anteriormente. Dessa forma, as mulheres conseguem se articular para ocupar e vivenciar a cidade, subvertendo as imposições restritivas do espaço físico. Essas intervenções urbanas criam novas relações com a paisagem e reforçam que “o local de transformações políticas é também o local de transformações artísticas³¹”.

Além disso, o movimento feminista brasileiro se integra cada vez mais ao movimento feminista de toda a América Latina: “Se cuida, se cuida, se cuida seu machista! A América Latina vai ser toda feminista”, é também um dos gritos ouvidos nas passeatas. O grafite e outras formas de intervenção urbana e ocupação das ruas, portanto, resistem e devem continuar resistindo enquanto práticas artísticas que, além de formarem um imaginário das cidades pelas mulheres, coloca suas reivindicações na pauta das discussões da sociedade, ocupando o espaço público.

31. PEIXOTO, Nelson Brissac, “Intervenções Urbanas”, *Rua*, Campinas, Número Especial, 1999, p. 81-88.

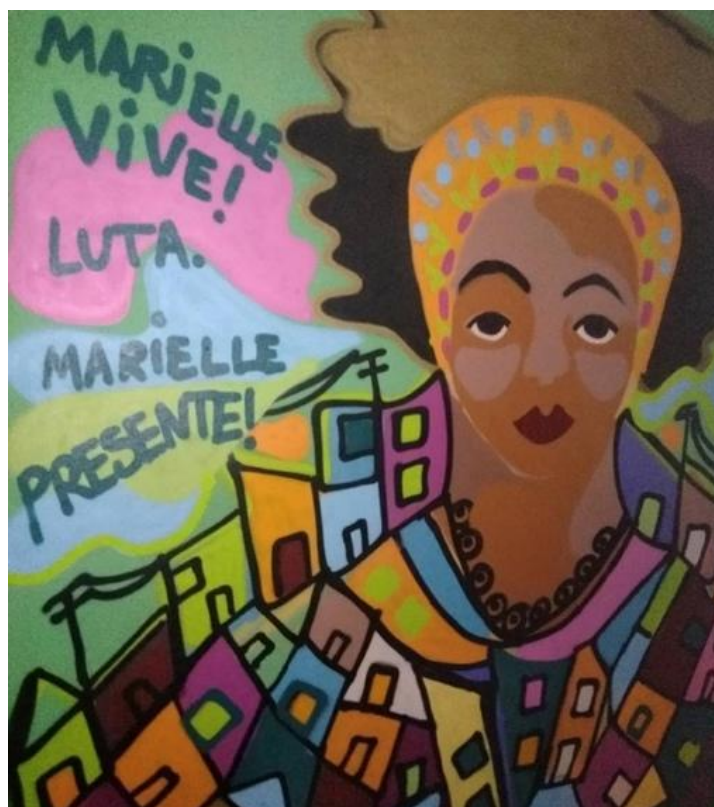


Figura 17. — Intervenção realizada pelo coletivo Casa Frida em São Sebastião, Distrito Federal. Crédito da imagem: Instagram @casafriidadf



Figura 18. — Intervenção realizada pelo coletivo RisoFlores na Asa Norte, Brasília. Crédito da imagem: Instagram @risofloras.

4. La construction du genre dans la presse et la publicité

